

Inclusão Social pela Certificação de Produtos: Estruturação da Fundação Instituto Xilon

Saffar, Jorge M.E.¹; Mantilla Carrasco, Edgar V.²; Franco Pereira, Andréa³; França, Laura R.G.⁴; Sommer, Rosana M.R.⁵; Oliveira, Ana Lúcia C.⁶; Brescia, Enil A.⁷

¹ Pesquisador, Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC); jorge@cetec.br

² Professor Adjunto, Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (EE-UFGM); mantilla@dees.ufmg.br

³ Pesquisadora, Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais (ED-UEMG); andreafranco@taskmail.com.br

⁴ Secretária Executiva, Rede Metrológica MG (RMMG); laura@rmmg.com.br

⁵ Pesquisadora-bolsista, Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC); rosana@cetec.br

⁶ Pesquisadora-bolsista, Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (EE-UFGM); lucia@dees.ufmg.br

⁷ Coordenadora, Programa Usos Múltiplos de Florestas Renováveis da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (SECT); enil@sect.mg.gov.br

Resumo: Este trabalho apresenta o modelo e a metodologia de criação da Fundação Instituto Xilon, o organismo de certificação de produtos de madeira de Minas Gerais. O Instituto deriva do Programa Usos Múltiplos de Florestas Renováveis, do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, e é uma experiência pioneira de trabalho em rede para a finalidade de certificação, uma vez que os seus instituidores são a Rede Metrológica MG, a Rede de Certificação de Madeira de MG e a Universidade do Estado de Minas Gerais. O Instituto Xilon está concebido principalmente como um mecanismo de promoção da inclusão social em uma das regiões mais carentes do Brasil, o Vale do Jequitinhonha.

Abstract: *This paper presents the methodology of establishment of the Xilon Institute Foundation, to operate as a certification body for wood and its products in the State of Minas Gerais (MG), Brazil. The Institute is one of the results of a project supported by the Programme of Multiple Uses of Planted Forests issued by the State Secretariat for Science and Technology of Minas Gerais. The Institute is a pioneer experience in co-operative work towards the establishment of a certification body. Co-operators are the MG Laboratory Network, MG Network of Wood Testing Laboratories and the State University of MG. Xilon Institute is conceived mainly as a mechanism of social inclusion for one of the poorest regions in Brazil, the River Jequitinhonha Valley.*

1 INTRODUÇÃO

Exclusão social no Brasil é um fenômeno complexo e tem origem nas iniquidades históricas do período de formação de nossa sociedade (Prado Jr., 1976), que foram perpetuadas pela cultura da desigualdade (Saffar, 1998) – a ideologia da estase social – e ampliadas pelos efeitos da economia liberal dos últimos anos. Para os fins deste trabalho, exclusão social é o efeito de processos de alienação de grupos de pessoas dos meios de produção, da cultura, do consumo de bens e serviços e das decisões coletivas. O fenômeno, que se manifesta sob várias formas e intensidades, é influenciado por variáveis características do – e tem reflexos no – domínio psicológico, racial, econômico, político, religioso, sexual, etc. Daí a dificuldade de compreendê-lo, identificá-lo e de se estabelecer um indicador universal do seu grau (Campos, 2003). Não obstante, a influência dos fatores econômicos sobre a exclusão social é significativa e se origina remotamente na perda, pelo produtor, do controle dos meios de produção e subsistência, em especial a terra, e na colocação à venda da força de trabalho – ou tempo de vida – e, em consequência, do direito à propriedade sobre o produto do próprio trabalho, para, de modo paradoxal, garantir a sobrevivência (Mandel e Novack, 1973).

É geralmente possível perceber empiricamente a exclusão social nas periferias das grandes cidades, nos rincões da selva amazônica, nos bolsões de miséria do semi-árido nordestino, no Vale do Jequitinhonha. É do mesmo modo perceptível a situação antagônica – de inclusão, integral ou parcial – em grupos que se constituem em torno de uma identidade cultural ou econômica, produzida por fatores simbólicos, concretos, ou ambos, de coesão e inclusão. São, por exemplo, as colônias de imigrantes árabes nas grandes cidades brasileiras; os grupos de congado, afoxé, ticumbi, cavahada e outras manifestações folclóricas; e, em especial, os grupos ligados a arranjos produtivos locais, como o do café, no Sul de Minas, o do Vinho do Porto, no Vale do Douro, em Portugal, o da aguardente de Calvados, na Normandia francesa.

Os fatores econômicos representam o campo de intervenção em que se pode obter a resposta mais rápida, em termos dos resultados de ações dirigidas à promoção da inclusão social. Ao analisar o arranjo produtivo do vinho denominado Champagne, produzido localmente na região francesa de mesmo nome, Dardart (2001) alinha duas diretrizes básicas para o sucesso de um arranjo produtivo, como princípio do desenvolvimento regional: o diferencial competitivo resultante da lógica coletiva que atribui à imagem do produto regional preponderância sobre cada marca individual; e a íntima e exclusiva ligação entre o produto e a região, que não produz concorrentes da mesma espécie. Por seu turno, Auriol et al. (2002) observam, nos últimos 13 anos, período marcado pela forte integração econômica mundial e pelo aumento da concorrência externa, uma tendência de expansão do mercado de vinhos franceses de origem definida – *Alsace, Bordeaux, Beaujolais, Champagne, Côtes du Rhone, etc.* – em oposição a uma contração para vinhos inespecíficos – *Vins de Pays*. Assim, do ponto de vista econômico, é possível deduzir a importância do fato do produto com ‘sabor’ local, nos processos que contribuem para a inclusão social. Outras regiões, de maior ou menor âmbito geográfico, já perceberam a oportunidade de fazer negócios tendo à frente a bandeira do produto local. Os produtores da Cachaça de Salinas, do município mineiro homônimo, prezam a cachaça produzida na região como um produto que, *em breve, estará para o Brasil, assim como o Vinho do Porto está para Portugal, o Whisky de Glasgow está para a Escócia, o Champagne de Epernay está para a França, etc.* (Sabor de Minas, 2003).

Contudo, os aspectos simbólicos provocados pelo fato do produto local nos processos de inclusão são importantes a ponto de contribuírem para a formação da nacionalidade. O Instituto do Vinho do Porto atribui à famosa bebida o caráter de *produto-chave da economia nacional e, ainda mais, um valor simbólico que distintamente representa a portugalidade no mundo* (IVP, 2003). No Brasil, a cachaça simbolizou a nacionalidade no período que antecedeu à Independência, ao ser bebida em oposição ao vinho da Metrópole (Câmara Cascudo, 1986).

Este trabalho apresenta a estruturação da Fundação Instituto Xilon como mecanismo de promoção da inclusão social em uma das regiões mais carentes do Brasil, o Vale do Jequitinhonha. O Instituto tem por objetivo contribuir para a criação do Móvel do Jequitinhonha por meio da certificação da madeira e seus produtos, processados pela indústria local, especialmente nos municípios de Capelinha, Turmalina e Carbonita, centros emergentes da indústria de processamento de madeira, localizados na área a que o Instituto devota suas maiores atenções (Fig. 1).

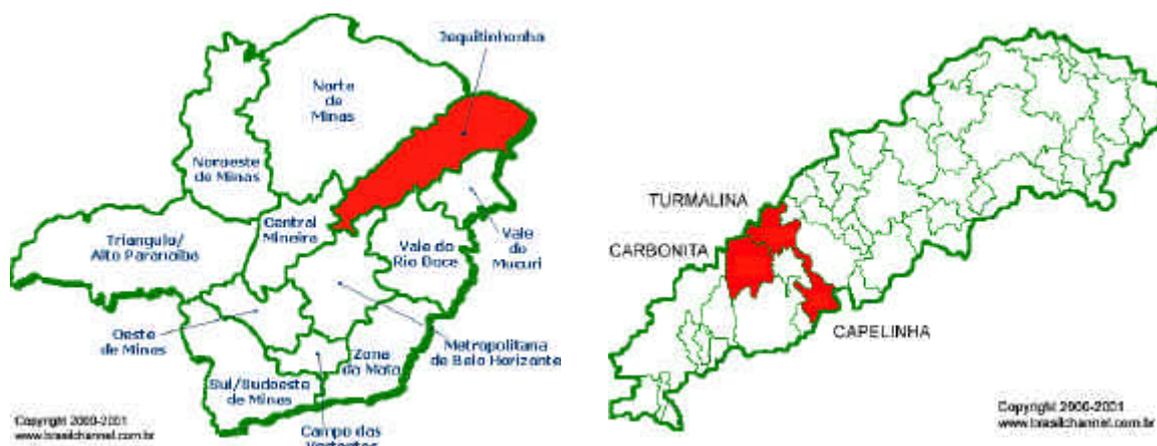


Figura 1 – Área de atuação preferencial do Instituto Xilon (mapas de 1999)¹

2 EXCLUSÃO SOCIAL NO VALE DO JEQUITINHONHA

O Atlas da Exclusão Social no Brasil (Pochmann e Amorim, 2003) estabelece um índice para medir o fenômeno nos municípios brasileiros. O Índice de Exclusão Social, número no intervalo (0, 1), é a média ponderada das medidas de três aspectos considerados determinantes da inclusão social, quais sejam, a dignidade do padrão de vida, o conhecimento e o risco juvenil, conforme a Tabela 1, a seguir. Uma situação de maior inclusão é representada por valores que se aproximam de 1.

Tabela 1 – Componentes do Índice de Exclusão Social (Pochmann e Amorim, 2003)

Aspecto	Índice	Peso / %
Padrão de vida digno	pobreza dos chefes de família no município	17,0
	taxa de emprego formal sobre a população em idade ativa	17,0
	desigualdade de renda (razão entre o número de chefes de família que ganham acima de 10 salários mínimos e os que ganham abaixo disso)	17,0
Conhecimento	taxa de alfabetização de pessoas acima de 5 anos	5,7
	número médio de anos de estudo do chefe do domicílio	11,3
Risco juvenil	percentagem de jovens na população	17,0
	número de homicídios por 100.000 habitantes	15,0

A Tabela 1 mostra que o índice proposto embute, em seus diversos componentes, a influência direta ou indireta do nível de atividade econômica de uma área geográfica. A compilação dos valores do índice, obtidos para os Estados brasileiros e para o País em 2000, demonstra um agravamento da exclusão desde o sul, passando pelo sudeste-centro-oeste, a região Norte mais os estados de Tocantins e Bahia, até atingir a sua pior expressão na região Nordeste (Fig. 2).

¹ www.brazilchannel.com.br, ou www.brazilchannel.com.br

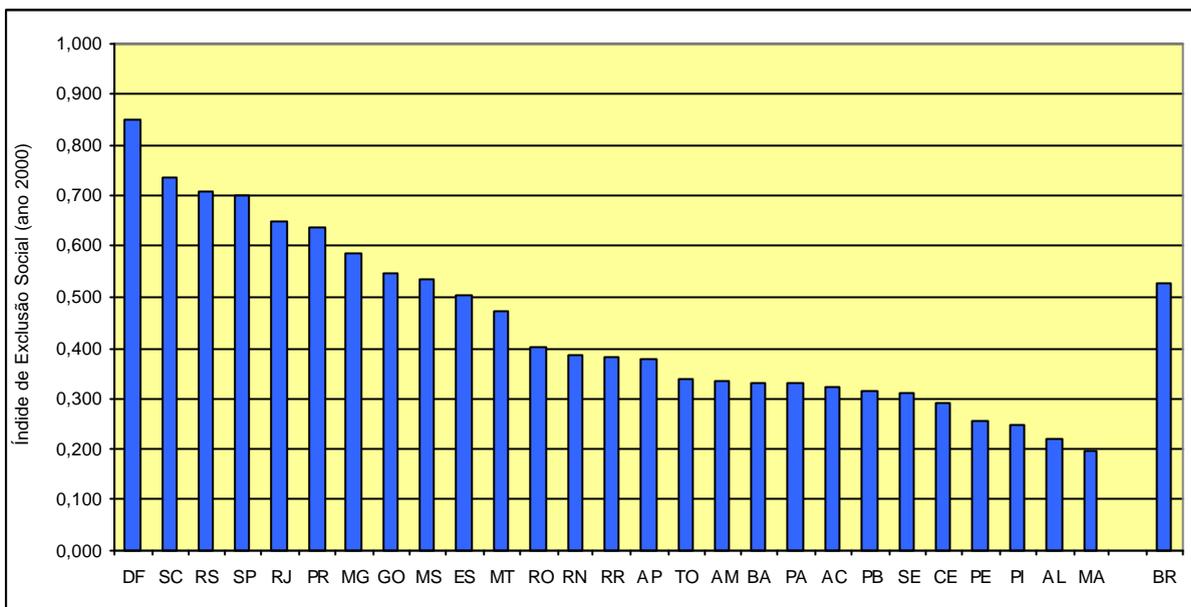


Figura 2 – Índice de Exclusão Social dos Estados (ano 2000)

Por sua vez, a Figura 3 apresenta o Índice para diversos municípios brasileiros. Dentre esses, os que apresentaram o melhor e o pior desempenho, considerado todo o território brasileiro: São Caetano do Sul, SP e Jordão, AC; os que apresentaram o melhor e o pior desempenho em Minas Gerais: Belo Horizonte e São João das Missões, na mesorregião do Norte mineiro; e, por fim, os três municípios que integram a área de atuação preferencial do Instituto Xilon: Capelinha, Turmalina e Carbonita.

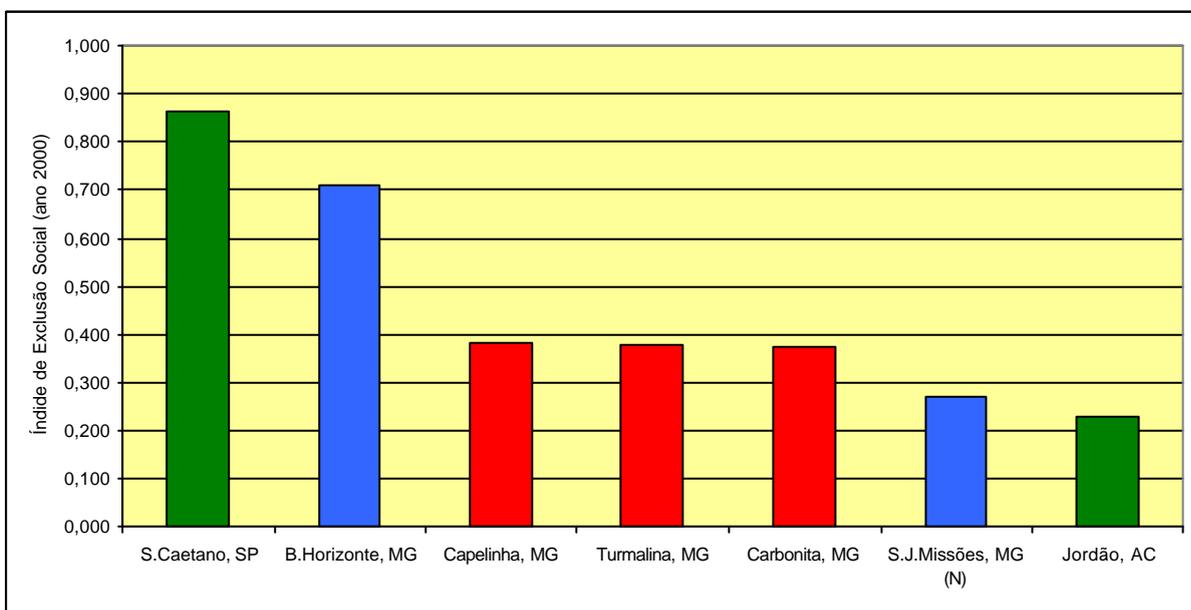


Figura 3 – Índice de Exclusão Social de municípios selecionados (ano 2000)

Os principais pólos consolidados de processamento de madeira, com exceção das regiões metropolitanas, são as cidades de Tietê, Votuporanga e Mirassol, em São Paulo; Bento Gonçalves e Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul; Arapongas, no Paraná; São Bento do Sul, em Santa Catarina; Ubá e Bom Despacho, em Minas Gerais; e Linhares, no Espírito Santo (Marques e Samartini Queiróz, 2001). A Figura 4 apresenta o Índice para esses pólos e os compara com os dos três municípios de interesse.

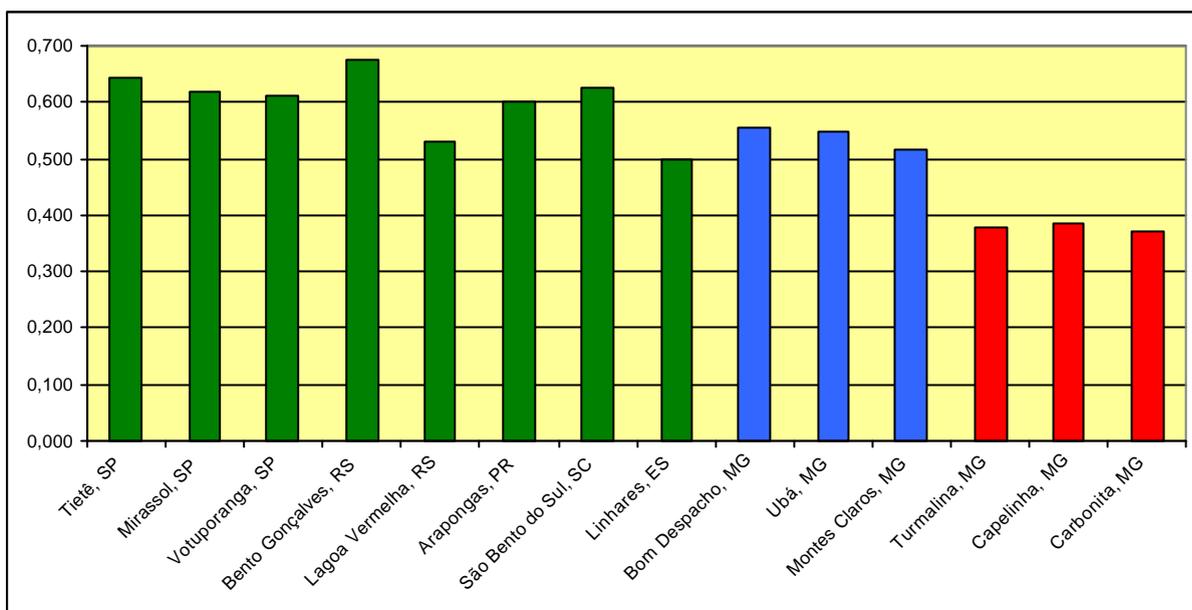


Figura 4 – Índice de Exclusão Social de pólos de processamento de madeira (ano 2000)

As Figuras 3 e 4 deixam nítida a situação de exclusão social a que estão submetidas as populações dos três municípios de interesse. Capelinha, Turmalina e Carbonita apresentam índices que se aproximam dos piores, indiferentemente de se considerar o universo dos municípios brasileiros, a amplitude dos valores medidos em Minas Gerais ou o conjunto dos pólos de processamento de madeira.

3 PÓLO MOVELEIRO DO VALE DO JEQUITINHONHA

Estima-se que o maciço de eucalipto em Minas Gerais corresponda a 1,6 milhão de hectares de terra plantada e tem origem na produção de carvão, papel e celulose. Desse maciço, a madeira de 800 mil hectares está disponível para utilização em outros usos além da primeira destinação. Do eucalipto apto a ser empregado em usos múltiplos, 220 mil hectares de plantações estão na região do Vale de Jequitinhonha.

As iniciativas voltadas para aproveitamento desse estoque para a produção de móveis ainda é pequeno, conforme mostrado na Tabela 2, que apresenta uma estimativa do número de empresas moveleiras do Vale do Jequitinhonha (Antunes, 2003).

Tabela 2 – Empresas do Vale

Cidade	Empresas moveleiras		
	Sindicalizadas	Não-sindicalizadas	Todas
Capelinha	1	3	4
Turmalina	10	6	16
Carbonita	-	5	5
Minas Novas	-	2	2
Itamarandiba	-	8	8
Todas	11	24	35

O pólo moveleiro do Vale do Jequitinhonha é formado por empresas de porte pequeno, de implantação relativamente recente, desprovidas de informação especializada e conhecimento sobre técnicas de produção em série, organização gerencial e métodos de obtenção de matéria-prima. Em especial, os produtos da indústria moveleira do Vale do Jequitinhonha são desenvolvidos pelos próprios empresários, com inspiração nas publicações comuns sobre decoração, o que desprioriza a produção e tende a rebaixar a concorrência a uma disputa por mercados guiados pelo preço (Franco Pereira, 2003). A situação pode conduzir à estagnação do pólo porque preços eventualmente atrativos de produtos indiferenciados, podem ser sombreados por elevados custos de transporte além de determinada distância e por custos de produção menores, de concorrentes mais eficientes.

4 POLÍTICA E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

O Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT-MG) estabeleceu uma política específica para a utilização dessa matéria-prima em usos múltiplos, cujas três ações mais significativas são:

- a) o lançamento do Programa de Usos Múltiplos de Florestas Renováveis, do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CONECIT);
- b) o estabelecimento de parceria entre a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e o Banco do Nordeste; e
- c) o lançamento da Plataforma do Arranjo Produtivo de Madeira e Móveis do Norte de Minas, produto de um esforço conjunto da SECT-MG e do MCT.

Como decorrência do Programa, foram publicados três editais pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), com o objetivo financiar projetos para a solução de gargalos tecnológicos por instituições de pesquisa articuladas em redes cooperativas. Em 2001 foi lançado o primeiro edital, de *Apoio à Criação da Rede de Certificação de Madeira no Estado de Minas Gerais*, no valor de R\$1 milhão com o objetivo de *“estimular o desenvolvimento tecnológico do uso múltiplo das florestas plantadas, identificando desafios e potencialidades existentes por meio da integração de agentes que integram a cadeia produtiva, definindo estratégias de ação e formando parcerias para a sua implantação, com geração de emprego e renda e desenvolvimento social”* (Minas Gerais, 1999). Com esse recurso, foi criada a Rede de Certificação de Madeira, uma parceria entre a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC) e as universidades federais de Minas Gerais (UFMG), Viçosa (UFV), e Lavras (UFLA). Os projetos que materializam a Rede de Certificação de Madeira têm a finalidade de dotar as instituições de laboratórios com capacitação complementar para a caracterização de madeiras e produtos de madeira nos vários estágios da produção. Em 2002 foi lançado o segundo edital, *Sólidos de eucalipto com qualidade para uso industrial*, para fomentar projetos de avaliação de materiais genéticos de eucalipto para obtenção de madeira de elevado desempenho, visando o abastecimento da indústria moveleira e construção civil, no valor de R\$600 mil. Ainda em 2002, foi publicado o terceiro edital *Produtos de madeira de Eucalipto*, com recursos no valor de R\$1 milhão.

Outra consequência dessa política, foi a detecção da necessidade de criação de dispositivos técnicos para o aprimoramento, pela pesquisa do – e para a agregação de valor ao – produto madeireiro. De uma parceria entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o CNPq, decorreu a Plataforma Tecnológica da Indústria Moveleira do Norte de Minas, em cujo âmbito foi montado o projeto *Mecanismos para desenvolvimento de produtos madeireiros de*

alto valor agregado – AVALOR (Fig. 5), com recursos de R\$352 mil, financiado pelo próprio CNPq e pela FINEP.



Figura 5 – Logomarca do projeto AVALOR

O projeto AVALOR é composto por três módulos interdependentes e articulados, cada um constituindo-se em um mecanismo: consolidação do laboratório de móveis da Escola de Engenharia da UFMG; consolidação do Laboratório de Ergonomia do Núcleo da Madeira da Escola de Design da UEMG; e estruturação do organismo de certificação de produtos de madeira, a Fundação Instituto Xilon. A consequência esperada do projeto é a elevação do grau de inclusão social pela geração de emprego e renda em uma das regiões mais carentes do Brasil. A diretriz básica de estruturação e operação do projeto e de seus resultados foi a do aproveitamento da capacitação científica e de gestão previamente existentes. Portanto, do mesmo modo que a Rede de Certificação, a execução do projeto AVALOR é cooperativa, particularmente no que concerne à estruturação do Instituto Xilon.

Na Figura 6 estão demonstradas as ações encadeadas de potencialização de capacidades, que já resultaram do Programa Usos Múltiplos de Florestas Renováveis.

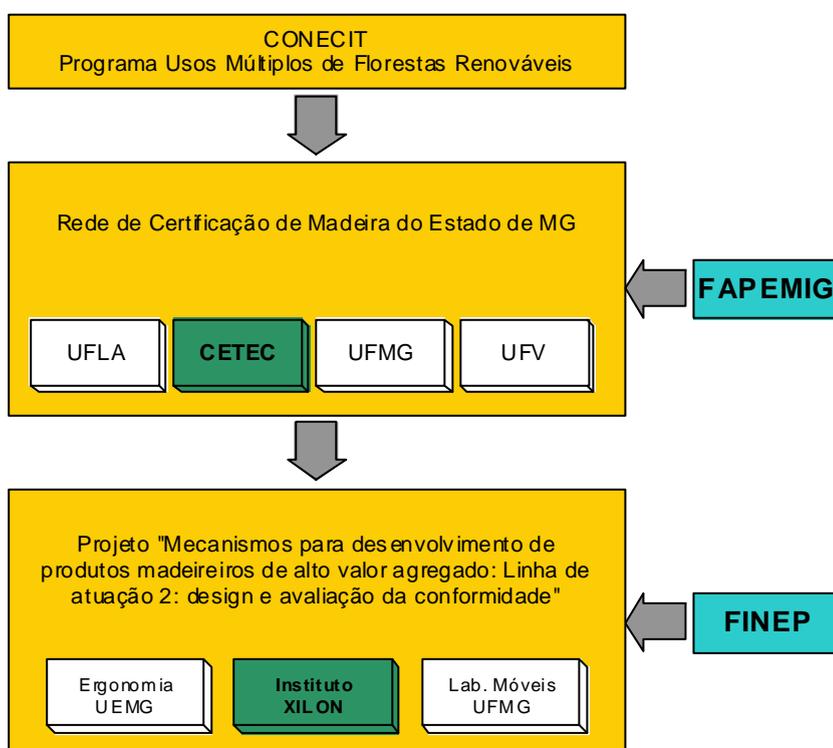


Figura 6 – Ações encadeadas do Programa Usos Múltiplos de Florestas Renováveis

5 CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA

A certificação de produtos de madeira tem por objetivo demonstrar a conformidade do produto com normas ambientais e especificações técnicas. No primeiro caso, a certificação conduz à garantia de que o processo é ambientalmente compatível e, no segundo, de que o produto atende a determinados requisitos de qualidade. Por causa disso, a amplitude da certificação de produtos de madeira é grande, podendo abranger todas as etapas da produção, desde a floresta até o produto acabado (Sommer, 2003).

5.1 Certificação florestal

São duas as modalidades de certificação florestal: a certificação de manejo florestal, que diz respeito às operações empregadas no manejo; e a certificação de cadeia de custódia (CoC), que abrange as indústrias que processam e vendem produtos florestais, rastreando a matéria-prima desde a floresta até o consumidor.

5.1.1 Certificação de manejo florestal

O processo de certificação de uma operação florestal avalia aspectos ambientais, sociais e econômicos do manejo florestal. A certificação é considerada *individual*, quando são certificadas áreas plantadas pertencentes a uma empresa ou indivíduo que maneja a floresta, ou, ainda, processa os seus produtos. Por outro lado, a certificação é denominada *em grupo*, quando diz respeito a florestas pertencentes ou operadas por grupos de produtores ou proprietários organizados em qualquer forma associativa, inclusive por intermédio de um agente gerenciador de recursos florestais.

5.1.2 Certificação de cadeia de custódia

Certificação de cadeia de custódia é um processo que garante a conformidade da respectiva operação florestal e a rastreabilidade da matéria-prima em todas as etapas de transformação do produto até o consumidor final (Fig. 7). Nesse tipo de certificação é assegurado o atendimento a requisitos de origem – florestas plantadas – não sendo verificada a conformidade com especificações técnicas. Há porém uma tendência crescente de se incluírem requisitos de ordem social na certificação de cadeia de custódia. A certificação de cadeia de custódia abrange todos os produtos provenientes de florestas e atualmente tornou-se uma credencial para a comercialização em vários países, com destaque para os pertencentes a União Européia.

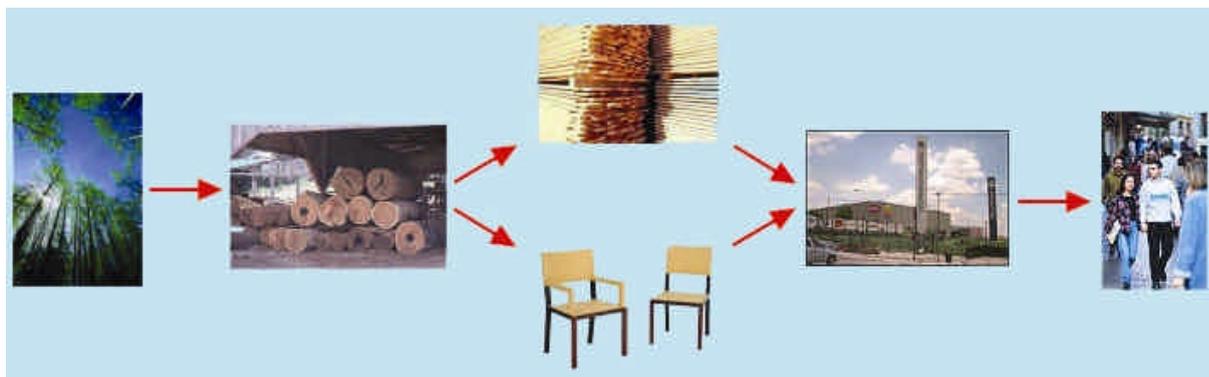


Figura 7 – Cadeia de Custódia

A certificação de cadeia de custódia deve ser entendida como um diferencial e não como uma garantia da qualidade do produto para a venda. Entretanto, a certificação denota um grau de organização que vincula o produto a uma expectativa de qualidade. De qualquer modo, a plena incorporação de valor pela certificação do produto madeireiro advém da garantia de que o produto rastreado atende a especificações técnicas.

5.2 Certificação de madeira e seus produtos

A certificação da madeira como material e seus produtos é regida pelos mesmos princípios que ordenam a certificação de qualquer outro produto. A certificação de produtos visa, em um primeiro momento, garantir a qualidade do que está sendo apresentado e pode ser voluntária ou compulsória. No primeiro caso, a certificação é de decisão exclusiva das partes que fabricam ou consomem produtos, sendo um diferencial de mercado altamente significativo. Já a certificação compulsória decorre de exigências legais e existe para determinados produtos, processos ou serviços cujo uso, distribuição, fabricação ou descarte final podem apresentar riscos para a saúde e segurança de pessoas ou meio ambiente.

O modelo de certificação de produtos é determinado de acordo com o produto, processo produtivo, características da matéria prima, aspectos econômicos e o grau de confiança necessário. A Tabela 3 mostra quais são os modelos, ou seja, as atividades que fazem parte de cada modelo de certificação.

Tabela 3 – Modelos de certificação de produtos (Sommer, 2003)

AÇÃO		MODELO DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS							
		1	2	3	4	5	6	7	8
Ensaio	de Tipo	x	x	x	x	x			
	de Lote							x	
	a 100 %								x
Acompanhamento	por Sistema da Qualidade					x	x		
	por ensaio de amostras COMÉRCIO		x		x	x			
	por ensaio de amostras na FÁBRICA			x	x	x			

6 INSTITUTO XILON

6.1 Instituidores

Além da Rede de Certificação de Madeira, o módulo do projeto AVALOR dedicado à estruturação do Instituto Xilon (Fig. 8) tem a participação cooperativa da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e da Rede Metrológica MG – RMMG.



Figura 8 – Logomarca do Instituto Xilon

A UEMG aporta ao projeto a competência do Núcleo da Madeira, da Escola de Design. Por seu turno a RMMG funciona como um centro de captação e compartilhamento de informações técnicas altamente especializadas. A RMMG é, no Estado, a mais importante organização de articulação e disseminação da qualidade das calibrações e ensaios de materiais, componentes e produtos (Fig. 9).

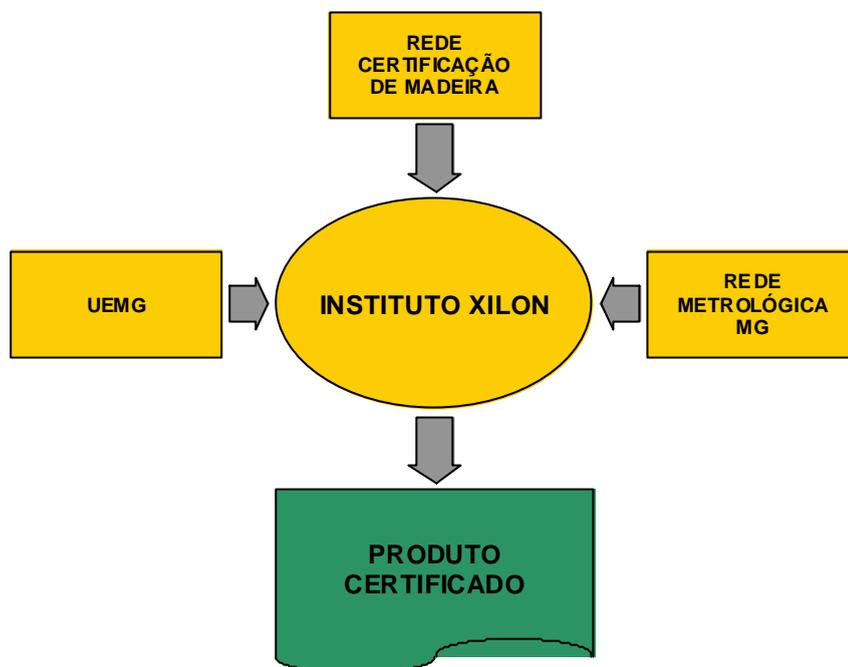


Fig. 9 – Certificação de produtos de madeira em Minas Gerais

6.2 Missão e modo de operação

O Instituto Xilon tem como missão prover certificação de produtos de madeira, em harmonia com a normalização nacional e internacional, lançando mão do conhecimento em seu estado-da-arte, empregando recursos humanos e laboratoriais de referência, tendo como norte o aprimoramento da qualidade de vida das populações, por meio de trabalhos em prol da educação, da contínua elevação do nível de emprego e renda e da utilização sustentada dos recursos florestais.

O funcionamento com base na normalização internacional vigente é feito de modo a contribuir com a quebra de barreiras técnicas ao produto certificado. No cumprimento de sua missão, o Instituto se insere na estrutura geral de certificação como um organismo que, ao operar plenamente, o fará de maneira complementar e necessariamente articulada com organismos de certificação florestal, para agregar valor ao produto da indústria moveleira do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas.

O Instituto tem como principais dispositivos operacionais os bancos de dados da Rede Metrológica MG e a capacitação dos laboratórios da Rede de Certificação de Madeira. O terceiro dispositivo é o banco de capacitações próprias da atividade de certificação de produtos de madeira.

6.3 Metodologia de implantação

A implantação do Instituto Xilon está baseada nas experiências correlatas de seus instituidores, a Rede de Certificação de Madeira e a Rede Metrológica MG. O Instituto Xilon é um desdobramento sinérgico dessas duas experiências. O Instituto foi concebido como uma organização de terceiro nível, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, com o organograma apresentado na Figura 10.

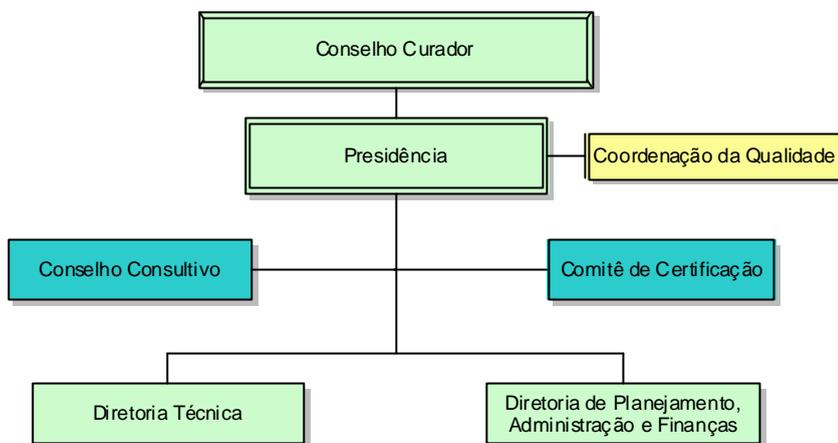


Figura 10 – Organograma do Instituto Xilon

O Instituto está estruturado de modo a assegurar o equilíbrio de interesses nas suas operações de certificação. A participação de setores com interesses afins aos do Instituto, tais como fabricantes, consumidores e governo, é assegurada pela presença de seus representantes na formação de seu futuro Conselho Curador, sendo eles:

- Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – CETEC;
- Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG;
- Universidade Federal de Lavras – UFLA;
- Universidade Federal de Viçosa – UFV;
- Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG;
- Universidade de Montes Claros – UNIMONTES;
- Associação Rede Mineira de Laboratórios de Metrologia e Ensaio – RMMG;
- Sociedade Brasileira de Silvicultura – SBS;
- Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- Sindicato da Indústria de Móveis de Minas Gerais – SINDIMOV; e
- Ministérios e Secretarias de Estado de C&T e de Desenvolvimento.

Integram a Diretoria Executiva: o Diretor-Presidente, o Diretor Técnico e o Diretor Administrativo. Esses órgãos são os responsáveis pela representação social do Instituto, e suas ações são subordinadas às decisões do Conselho Curador. Todos titulares dos cargos da estrutura formal do Instituto são escolhidos pelo Conselho Curador, exceto o Coordenador da Qualidade, que é designado por ato do Diretor-Presidente.

A implementação e manutenção do Sistema da Qualidade do Instituto é de responsabilidade do Coordenador de Qualidade. É ele quem relata o desempenho do Sistema da Qualidade à Diretoria Executiva para análise crítica e como base para melhorias no Sistema.

O Conselho Consultivo é órgão de consulta e assessoria ao Conselho Curador e à Diretoria Executiva. Cabe a ele designar e supervisionar permanentemente o Comitê de Certificação. Por fim, ao Comitê de Certificação compete deliberar sobre todos os processos concessão, manutenção, extensão, suspensão e cancelamento de certificação pelo Instituto.

O Instituto funciona nas dependências do CETEC, onde dispõe de sala, materiais de consumo necessários ao início de suas atividades, infra-estrutura de comunicações – telefonia e dados – mobiliário, faxina e segurança. Os trabalhos de implantação contam ainda com o trabalho de uma pesquisadora-bolsista em tempo integral e com o apoio de pessoal técnico e administrativo do CETEC. É entretanto esperado que o Instituto deva ser capaz de se auto-sustentar após os dois primeiros anos de funcionamento, contados a partir do encerramento do projeto AVALOR. Então, o quadro de pessoal deverá estar adequadamente dimensionado para as tarefas e o Instituto deverá estar angariando receita suficiente, proveniente de seus trabalhos, para ser auto-sustentável. O tempo previsto de implantação do Instituto é de 18 meses, com previsão de término dos trabalhos em junho de 2004.

7 CONCLUSÕES

O produto com ‘sabor local’ é um fator de inclusão social, sob os aspectos econômicos e simbólicos, de grupos excluídos. O Instituto Xilon está concebido como um mecanismo de promoção da inclusão social em uma das regiões mais carentes do Brasil, o Vale do Jequitinhonha. O Instituto tem por objetivo contribuir para a criação do Móvel do Jequitinhonha por meio da certificação da madeira e seus produtos, processados pela incipiente indústria local. A implantação da Fundação Instituto Xilon deverá contribuir para a modificação dos valores absolutos e relativos do Índice de Exclusão Social dos municípios prioritariamente abrangidos por seu trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunes, C.M.C. Comunicação particular. SINDIMOV-Del.Turmalina, MG. 20.11.2003.
- Auriol, E. et al. *The future of the French wine industry: globalization vs. quality effects*. Conference of the Vineyard Data Quantification Society. VDQS. Montpellier, May, 2002. 10p.
- Cachaça Sabor de Minas. www.cachacasabordeminas.com.br. Sabor de Minas. 2003.
- Câmara Cascudo, L. *Prelúdio da Cachaça*. (1968). Itatiaia. Belo Horizonte, 1986. 82p.
- Campos, A. et al. (org). *Atlas da Exclusão Social no Brasil (vol. 2)*. Cortez. São Paulo, 2003. 2 vol. 167p.
- Dardart, T. *Trajectoire économique du développement régional & proximité: prospective de la filière des vins de Champagne*. III Congress on Proximity. U. de Paris Sud; Inst. Nat. de la Recherche Agronomique. Paris, 13-14.12.2001. 23p.
- Franco Pereira, A. et al. *Uso do eucalipto na indústria moveleira: agregação de valor sob a ótica da sustentabilidade no Vale do Jequitinhonha*. VIII Congresso Florestal Brasileiro. SBS e SBEF. São Paulo, ago.2003. 12p. CD-ROM.
- Instituto do Vinho do Porto – IVP. www.ivp.pt. IVP. 2003.
- Mandel, E; Novack, G. *The marxist theory of alienation*. 2ed. Pathfinder. NY. 1973. 94p.
- Marques, F.M; Samartini Queiróz, M.E. *Cadeia Produtiva da Indústria Moveleira*. Estudo setorial. BDMG. Belo Horizonte, junho, 2001. 42p.
- Minas Gerais. *Programa de Usos Múltiplos de Florestas Renováveis*. SECT. Belo Horizonte, 1999.

- Pochmann, M; Amorim, R. (org). *Atlas da Exclusão Social no Brasil (vol. 1)*. 2ª. ed. Cortez. São Paulo, 2003. 2 vol. 223p.
- Prado Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. 20ª. ed. Brasiliense. São Paulo, 1976. 365p.
- Saffar, J.M.E (relator). *Cultura Metrológica*. Plano Nacional de Metrologia, 1998-2002. INMETRO. Rio, 1998. CD-ROM.
- Sommer, R.M.R. *Princípios da certificação de produtos de madeira*. CETEC-FIX. Belo Horizonte, ago.2003. 19p.